



# DECLARAÇÃO DA VILLA INFLAMABLE PELO ACESSO À JUSTIÇA PARA TODAS/OS E PELO EMPODERAMENTO JURÍDICO

Na Villa Inflammable -Avellaneda, Província de Buenos Aires, Argentina-, aos 24 dias do mês de junho de 2017, no marco do **"Encontro Regional de Intercâmbio de Experiências sobre Empoderamento Jurídico"**, estamos reunidos/as representantes de organizações da sociedade civil de alcance nacional, regional e internacional, provenientes de 13 países, que trabalhamos com as comunidades mais vulnerabilizadas de nossas sociedades para reverter as violações de direitos e a discriminação estrutural a que são submetidas. Sob o entendimento de que a articulação de esforços à nível latino-americano permitirá potencializar nossas capacidades internas e de incidência para que a promessa de uma justiça igualitária para todos e todas se faça realidade, acordamos a seguinte declaração aberta:

## 1. AFIRMAMOS

**1.1** Que nossos países não reverteram as profundas e estruturais desigualdades existentes, nem as injustiças que afetam as comunidades especialmente vulnerabilizadas como são as mulheres, os povos originários, os/as migrantes e refugiados/as, as vítimas da discriminação racial, os/as habitantes de assentamentos informais, as pessoas LGBTIQ+, os/as deslocados/as ou afetados/as por razões ambientais, as pessoas com deficiência, as crianças e adolescentes, as pessoas privadas de liberdade, entre outras.

**1.2** Que existe um amplo consenso internacional em torno de que o acesso à justiça resulta fundamental para reverter este estado de coisas - o qual se reconhece em instrumentos internacionais como a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), as 100 Regras de Brasília, entre outros instrumentos de DDHH que especificamente protegem os grupos em condições de vulnerabilidade.

**1.3** Que, apesar disso, as barreiras que atualmente existem para acessar a justiça de forma adequada e oportuna se manifestam de numerosas formas, incluindo obstáculos de tipo geográfico, simbólico, econômico, edilício, linguístico, cultural e de desenhos institucionais.

**1.4** Que para reverter as assimetrias existentes no acesso à justiça se requer o compromisso do setor público, mas também do setor privado, da sociedade civil, da academia e da comunidade internacional, entre outros.

**1.5** Que, no entanto, estas barreiras não serão derrubadas por meio de reformas institucionais desenhadas "de cima para baixo", mas que se requer o papel protagonista das comunidades e das vítimas, para conhecer, usar e transformar o direito.

**1.6** Que as organizações aqui firmantes, as que se somem a esta declaração, assim como centenas de outras organizações, defensores/as e ativistas da sociedade civil em nossos países, estamos em condições de desempenhar um papel chave tanto para acompanhar, acelerar e potencializar os processos jurídicos comunitários, como para contribuir na promoção de sociedades pacíficas e inclusivas, bem como para contribuir para as mudanças institucionais, culturais e econômicas que os nossos países devem fazer a fim de fornecer um serviço adequado, igualitário, oportuno, de qualidade, acessível e eficaz.

## 2. EXORTAMOS

**OS ESTADOS** - incluindo os governos locais, estaduais e nacionais -

- 2.1** A assegurar a todos/as os seus habitantes sem distinção - e priorizando os grupos mais desfavorecidos -, o **direito de acessar a justiça** para reverter as violações de direitos que os afligem e resolver as suas necessidades jurídicas.
- 2.2** A **garantir o acesso universal à assistência jurídica** – acessível, de qualidade, independente e com suporte interdisciplinar - a essas populações, assegurando a sua prestação a quem necessite, ampliando a cobertura dos serviços de defesa pública, e fornecendo recursos econômicos e técnicos necessários para atingi-lo.
- 2.3** A **eliminar todas as barreiras e assimetrias** que atualmente existem, entre os setores de poder e o resto da população, para o acesso à justiça e para o exercício de funções judiciais.
- 2.4** A **gerar diagnósticos** exaustivos e rigorosos sobre o acesso à justiça, os quais devem ser realizados sob uma perspectiva de direitos humanos, incluindo elementos de interseccionalidade, de percepção da cidadania sobre seus direitos e do sistema institucional. Esses diagnósticos devem incluir indicadores claros, que permitam medir os avanços no acesso à justiça.
- 2.5** A **sistematizar e fornecer informação** detalhada, de forma completa, verdadeira e oportuna, sobre a situação do acesso à justiça nos âmbitos nacional e subnacional.
- 2.6** A fornecer **educação jurídica**, desenvolver e apoiar a geração de capacidades comunitárias que assegurem a esses grupos as condições para que conheçam e se apropriem dos direitos e das vias que existem – e/ou deveriam existir – para concretizá-los.
- 2.7** A exibir os canais adequados para institucionalizar uma **participação cidadã efetiva** na tomada de decisões públicas, incluindo as das instâncias administrativas, judiciais e parlamentares.
- 2.8** A implementar **políticas de capacitação** aos operadores jurídicos, funcionários públicos e magistrados, em direitos humanos, e de sensibilização sobre os problemas legais que enfrentam os setores vulnerabilizados de nossas sociedades.
- 2.9** A assegurar a **existência de vias adequadas** para a resolução alternativa de conflitos e a canalização de reivindicações extrajudiciais ou pré-judiciais, evitando a judicialização de problemas que podem ser resolvidos por outras vias.
- 2.10** A gerar **vias administrativas idôneas** - de procedimento simples e de resposta ágil -, para aqueles casos em que as violações de direitos se explicam pela ação ou omissão do próprio Estado.
- 2.11** A implementar as políticas necessárias para que os processos judiciais, em particular aqueles coletivos ou naqueles em que se discutam questões estruturais, contem com **instâncias adequadas de participação, se resolvam com perspectiva de direitos humanos, e prevejam mecanismos para o cumprimento efetivo das sentenças** prolatadas.
- 2.12** A **proteger de qualquer ameaça e/ou risco** as vítimas, assim como os/as defensores e defensoras desses direitos; a **garantir o exercício do direito ao protesto e à liberdade de expressão e associação**; e a **abster-se de incorrer na criminalização** de líderes comunitários, defensores e defensoras de direitos.
- 2.13** A implementar políticas para **descentralizar as sedes e os serviços** das instituições públicas, inclusive as judiciais, que tenham como competência a proteção dos direitos, e aproximá-las – não apenas geograficamente - das comunidades vulnerabilizadas.
- 2.14** A gerar nos Poderes Judiciais as condições para sua **independência dos poderes político e econômico**, evitando interferências na resolução de conflitos, em particular em casos de violações de direitos humanos que requerem respostas estruturais.
- 2.15** A reconhecer e respeitar as formas de organização, as decisões e o sistema de valores que as próprias comunidades -especialmente os povos originários ou ancestrais- pretendem dar para si próprios, com **critérios de pluralismo jurídico**.
- 2.16** A garantir o direito ao consentimento **prévio, livre e informado, e culturalmente adequado** das pessoas e comunidades, naquelas decisões que as afetam.
- 2.17** A **elaborar um plano de implementação do Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16**, o qual deve ser amplamente participativo, promovendo especialmente o envolvimento ativo daqueles que enfrentam barreiras territoriais, linguísticas, econômicas e culturais para acessar tais foros. Ademais, o plano deve contar com indicadores de progresso que permitam identificar os avanços no acesso à justiça dos setores em condição de vulnerabilidade.

## OS ORGANISMOS REGIONAIS E DA COMUNIDADE INTERNACIONAL

**2.18** A monitorar em cada um dos países a situação em matéria de acesso à justiça, e impulsionar, firme e decididamente, boas práticas em torno da temática.

**2.19** A apoiar política, técnica e financeiramente a agenda de acesso à justiça nos âmbitos locais, nacionais, regionais e internacionais.

**2.20** A promover e monitorar os avanços efetivos para o cumprimento adequado, nos níveis nacionais e subnacionais, do **Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 16** e em particular sua Meta 16.3. Ademais, a reformar integralmente o sistema de indicadores vigente - o qual resulta limitado para monitorar o progresso dos Estados -, assegurando que estes adquiram um alcance integral.

## O SETOR PRIVADO

**2.21** A garantir em suas atividades o respeito aos princípios e obrigações em matéria de direitos humanos e de direito ambiental, e a cumprir com todas as normas internacionais, nacionais e subnacionais.

**2.22** A respeitar a participação e as decisões das comunidades no que tange ao uso de seus territórios; a contribuir, e abster-se de causar danos a sua qualidade de vida.

**2.23** A não incorrer em interferências ou tráfico de influências nas instituições públicas.

**2.24** A cumprir com as decisões estatais -legislativas, judiciais e administrativas- que os obriguem.

**2.25** A produzir e fornecer informação sobre as atividades que realizam e seu impacto.

**2.26** A adaptar suas atividades econômicas com vista ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

## 3. NOS COMPROMETEMOS

**3.1** A trabalhar junto das pessoas e comunidades para colocar os direitos em suas mãos, promovendo o empoderamento jurídico, e acompanhando os processos para sua exigibilidade.

**3.2** A conformar a Rede Latino-americana de Empoderamento Jurídico, ter um papel ativo nesta, e promover a incorporação de novos/as integrantes que compartilham dos valores e práticas expostos.

**3.3** A trocar informação, experiências, conhecimentos e aprendizagens, para potencializar as ações que se implementam em toda a região, em prol do acesso à justiça das comunidades vulnerabilizadas.

**3.4** A realizar campanhas públicas -e outras ações de visibilização- em torno dos problemas que afetam as comunidades com as quais trabalhamos; de identificação de quem produz tais danos, e/ou de quem deve preveni-los e/ou repará-los; para mostrar os avanços e as potencialidades que implicam as ações de empoderamento jurídico e promoção do acesso à justiça das comunidades.

**3.5** A produzir informação sobre nossas práticas, e a unir esforços na socialização e avaliação das políticas de empoderamento jurídico e acesso à justiça que implementam os nossos países.

**3.6** A realizar ações de incidência perante organismos públicos -de todos os poderes do Estado- para a implementação de políticas que revertam os limites e as barreiras do direito de acessar a justiça em cada um de nossos países; assim como realizar ações de incidência no plano regional e global, com vistas a obter um compromisso efetivo da comunidade internacional em torno da temática.

**DIREITOS NAS MÃOS DAS PESSOAS.  
JUSTIÇA PARA TODAS E TODOS!**



# SIGNATÁRIOS DESTA DECLARAÇÃO

## ARGENTINA



## BOLÍVIA



## BRASIL



## CHILE



## COLÔMBIA



## EQUADOR

COMITÉ DE DESARROLLO  
COMUNITARIO LOS PINOS



## EL SALVADOR



## GUATEMALA



## MÉXICO



## PARAGUAI



## PERU



## REPÚBLICA DOMINICANA



## REGIONAIS / INTERNACIONAIS



ENVIE A SUA ADESÃO: [COMMUNITY@NAMATI.ORG](mailto:COMMUNITY@NAMATI.ORG)